

RACIALIDADE E SILÊNCIO: A EXCLUSÃO DA COR NO CENSO BRASILEIRO (1970-1979)

Ana Paula Pereira Ferreira

1

Resumo: Este trabalho analisa os discursos presentes nas notícias veiculadas em periódicos do estado do Paraná na década de 1970 acerca da exclusão da categoria “cor” nos censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A partir da Análise de Discurso Materialista (AD), busca-se compreender como esse gesto discursivo contribuiu para reforçar a ideologia da democracia racial, promover o apagamento das desigualdades raciais e tensionar a identificação racial no Brasil. A ausência da categoria “cor” não é compreendida como decisão autônoma sem razões ideológicas e sociais, mas como prática política e ideológica vinculada ao cenário da ditadura civil-militar (1964–1985), que pretendia projetar a imagem de uma nação homogênea e em progresso. De acordo com Munanga (2024), a mestiçagem foi elevada no Brasil a um “mito fundador da identidade nacional”, funcionando como discurso ideológico que esconde e naturaliza as desigualdades raciais. Essa operação se sustenta em categorias deslizantes, que, segundo Gonzalez (2020), conferem ao negro um lugar subalternizado sob a aparência de integração cordial.

Palavras-chave: Negritude. Negro. Moreno. Censo 1970. Cor.

RACIALITY AND SILENCE: THE EXCLUSION OF COLOR IN THE BRAZILIAN CENSUS (1970–1979)

Abstract: This study analyzes the discourses present in news reports published in newspapers from the state of Paraná during the 1970s concerning the exclusion of the “color” category from the demographic censuses of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). Based on Materialist Discourse Analysis (DA), the aim is to understand how this discursive gesture contributed to reinforcing the ideology of racial democracy, promoting the erasure of racial inequalities, and straining racial identification in Brazil. The absence of the “color” category is not understood as an autonomous decision without ideological and social motivations, but rather as a political and ideological practice linked to the context of the civil-military dictatorship (1964–1985), which sought to project the image of a homogeneous and progressive nation. According to Munanga (2024), miscegenation in Brazil was elevated to a “foundational myth of national identity,” functioning as an ideological discourse that conceals and naturalizes racial inequalities. This operation relies on sliding categories, which, according to Gonzalez (2020), assign Black people a subordinated position under the guise of cordial integration.

Keywords: Blackness. Black. Moreno. 1970 Census. Color.

1 Graduada em Letras Português. Mestranda em Estudos Linguísticos no Programa de Pós-Graduação em Letras na UFPR.
E-mail: anapaulapefer@gmail.com

Introdução

A categoria racial frequentemente sinaliza um lugar de disputa no Brasil, sobretudo quando se trata da forma como o Estado e as instituições a produzem, classificam e fazem circular sentidos a seu respeito. A decisão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nas décadas de 1970 e 1979, de suprimir a categoria “cor” dos censos demográficos, constitui um movimento que nos possibilita relacionar a ação de um órgão estatal responsável pela coleta e organização de dados populacionais, com a inscrição de um projeto político-ideológico em consonância com o contexto histórico e social da época. Não se trata, portanto, de uma tomada de posição passível de neutralidade, mas de uma prática discursiva que carrega efeitos de sentido em torno dos processos de identificação no Brasil, mobilizando apagamentos, silenciamentos e deslocamentos de significação.

O objetivo deste trabalho é analisar quais discursos são atravessados nas notícias veiculadas em periódicos do estado do Paraná durante os anos 1970, especificamente no recorte temporal que coincide com a exclusão da categoria “cor” dos censos demográficos do IBGE. Ao observarmos como esses periódicos noticiaram, comentaram ou silenciaram a respeito dessa exclusão, buscamos compreender de que maneira os discursos jornalísticos se articulam à memória discursiva da democracia racial brasileira (Freyre, [1933] 2003), reforçando a ideia de um país livre de tensões raciais e, ao mesmo tempo, promovendo o apagamento das desigualdades estruturais que atravessam a vida da população negra (Munanga, 2024, 2003; Gonzalez, 2020).

A decisão de não contabilizar a “cor” da população não se deu em um vazio histórico. Ao contrário, está profundamente vinculada à ideologia do período da ditadura civil-militar (1964–1985), regime que buscava consolidar a imagem de uma nação moderna, homogênea

e em progresso, apagando conflitos sociais e raciais de sua superfície discursiva (Nascimento, 2016; Domingues, 2005). Nesse sentido, a não nomeação da raça ou da cor se tornou um gesto político de silenciamento: se não há classificação racial oficial, não há, aparentemente, desigualdade racial. Tal gesto sustenta e atualiza o mito da democracia racial, segundo o qual negros e brancos convivem em harmonia no Brasil, sem as tensões vistas em países como os Estados Unidos ou a África do Sul (Figueiredo, 2015).

A exclusão da categoria “cor” nos censos tensiona os modos de identificação racial no país. Isso porque a impossibilidade de nomear-se oficialmente enquanto negro e/ou indígena restringe os espaços de enunciação do sujeito racializado e desloca os sentidos em circulação sobre a mestiçagem, a negritude e a branquitude. No lugar da designação racial, proliferam termos como “moreno” e “morenice”, que, longe de serem categorias transparentes, operam como formas ambíguas e estrategicamente posicionadas para escamotear desigualdades, ao mesmo tempo em que produzem efeitos de inclusão simbólica no imaginário da mestiçagem. Segundo Munanga (2024, p. 149), o mestiço vive uma indefinição social e política:

O mestiço brasileiro simboliza plenamente essa ambiguidade, cuja consequência na sua própria definição é fatal, num país onde ele é de início indefinido. Ele é ‘um e outro’, ‘o mesmo e o diferente’, ‘nem um nem outro’, ‘ser e não ser’, ‘pertencer e não pertence’. Essa indefinição social – evitada na ideologia racial norte-americana e no regime do apartheid –, conjugada com o ideário do branqueamento, dificulta tanto a sua identidade como mestiço, quanto a sua opção de identidade negra. A sua opção fica hipoteticamente adiada, pois espera, um dia, ser ‘branco’, pela ‘miscigenação’.

Dessa forma, discutir a circulação desses termos na imprensa paranaense das décadas de 1970 e 1979 significa interrogar os jogos

de significação que atravessam a mestiçagem e a racialidade no Brasil. Conforme Pêcheux (1995), “o discurso não é a transmissão de uma informação, mas o lugar material onde se realizam os efeitos de sentido”. Nessa perspectiva, o termo “moreno” pode ser mobilizado para designar desde um branco de pele levemente bronzeada até um negro de pele clara, funcionando como categoria deslizante que impede a fixação de fronteiras raciais nítidas. Já a noção de “morenice” remete a uma valorização cultural da mestiçagem como traço identitário nacional, associando-se à ideia de beleza, simpatia e cordialidade, mas ao mesmo tempo mascarando hierarquias de classe e raça. Em ambos os casos, trata-se de designações que participam do jogo de apagamento da negritude e indígena, diluindo-a em uma zona cinzenta de classificações que fragilizam a possibilidade de afirmação racial negra.

A análise proposta inscreve-se no campo da Análise de Discurso Materialista (AD), a partir das formulações de Michel Pêcheux (1995) e de Eni Orlandi (2007, 2020) que nos permite compreender como os sentidos se produzem na relação entre língua, ideologia e história. Segundo Pêcheux (1995), a língua não é concebida como um sistema transparente de significação, mas como material atravessado pela ideologia e pela historicidade. O discurso, por sua vez, não é apenas transmissão de informação, mas prática material de linguagem em que o sujeito se constitui e é constituído.

Interessa-nos, portanto, compreender a exclusão da categoria “cor” como gesto de apagamento, que se atualiza em diferentes materialidades discursivas, entre elas o discurso jornalístico. O apagamento, nesse sentido, não é ausência pura e simples, mas um funcionamento discursivo que silencia determinados sentidos enquanto autoriza a circulação de outros (Orlandi, 2007). Ao silenciar a raça como dado censitário, o discurso

estatal desloca o problema do racismo estrutural para o terreno da invisibilidade estatística, o que repercute nos modos de dizer da imprensa e, consequentemente, nas formas de subjetivação da população brasileira.

O recorte geográfico do estado do Paraná, ainda que específico, permite situar a análise em um contexto singular da formação social brasileira. Região marcada por intensos fluxos migratórios europeus, o Paraná consolidou ao longo do século XX um discurso identitário fortemente ligado à branquitude, que tende a invisibilizar a presença negra e indígena em seu território. Nesse sentido, analisar a imprensa paranaense dos anos 1970 é também desvelar como esse imaginário regional dialoga com o discurso nacional da mestiçagem e da democracia racial, produzindo efeitos de apagamento ainda mais acentuados sobre a população negra.

Ao nos debruçarmos sobre as notícias dessa época, não buscamos apenas identificar a presença ou ausência de menções à categoria racial, mas compreender como a linguagem jornalística participa ativamente da produção de sentidos sobre raça e mestiçagem no Brasil. A imprensa, como instância discursiva, não se limita a refletir a “realidade”, mas a produz discursivamente, inscrevendo-se em redes de memória e ideologia que conformam o modo como a sociedade significa a si mesma. Assim, a análise das notícias veiculadas nos periódicos paranaenses permite investigar os modos de funcionamento do discurso sobre raça no Brasil em um momento histórico crucial, em que a exclusão da categoria “cor” dos censos reforça e atualiza a narrativa oficial de uma nação mestiça e racialmente harmoniosa.

Referencial teórico

O objetivo deste trabalho é analisar os discursos presentes nas notícias veiculadas em

periódicos do estado do Paraná nas décadas de 1970 e 1979 sobre a exclusão da categoria “cor” nos censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) à época. A pesquisa busca compreender como essa exclusão operou discursivamente para reforçar o discurso da democracia racial, promover o apagamento das desigualdades raciais e tensionar a identificação racial no Brasil. Além disso, discutiremos os sentidos atribuídos a termos como “moreno” e “morenice”, considerando os jogos de significação associados à mestiçagem, racialidade e classe social. A análise é orientada pelos conceitos de memória discursiva, apagamento e regularidades enunciativas da Análise de Discurso Materialista, bem como estudos sobre a racialidade da população brasileira.

A pesquisa foi realizada na Hemeroteca Digital Brasileira (disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>), utilizando palavras-chave como “censo; raça”, “IBGE; cor” e “cor; IBGE”. O levantamento concentrou-se em notícias publicadas no estado do Paraná entre as décadas de 1970 e 1979. Os resultados da busca destacaram notícias relacionadas ao censo demográfico de 1970, realizado durante o governo da ditadura militar de Emílio Garrastazu Médici, no qual não incluiu a categoria cor da pele. Essa omissão foi reiterada no censo de 1980, conduzido no governo militar de João Baptista de Oliveira Figueiredo, como indicam notícias de 1979 que informavam que a cor novamente não seria contabilizada.

As notícias analisadas foram extraídas de dois periódicos: o “Diário do Paraná” (publicado entre 1955 e 1983) e o “Correio de Notícias” (ativo de 1970 a 1999). Esses documentos fornecem dados para investigar os discursos que sustentaram a exclusão da cor nos censos demográficos, explorando como essa decisão foi justificada, naturalizada ou questionada

nos espaços midiáticos da época. Assim, a análise permite compreender os processos de apagamento e silenciamento discursivos em torno da identidade racial no Brasil.

Para desenvolver a análise dos periódicos, utilizaremos a noção de memória discursiva de Michel Pêcheux. Em seu artigo “Papel da Memória”, Pêcheux discorre sobre o funcionamento discursivo da memória como uma estruturação de materialidade discursiva complexa. Nesse sentido, a memória discursiva não apenas evoca sentidos passados, mas também se atualiza no presente discurso. Como afirma Pêcheux (2015, p. 45):

[Memória discursiva é a] estruturação de materialidade discursiva complexa, estendida em uma dialética de repetição e regularização: a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem a restabelecer os ‘implícitos’ de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao legível.

A memória discursiva, portanto, atua como um arquivo heterogêneo que possibilita a constituição de novos sentidos em um determinado enunciado. Segundo Pêcheux (2015), ela não é uma memória individual ou psicológica, mas um fenômeno sócio-histórico e ideológico, intrinsecamente relacionado ao interdiscurso – ou seja, àquilo que já foi dito e constitui a base de todo dizer. É por meio dela que os sujeitos se inscrevem nas formações discursivas e nos sentidos que estas autorizam, sempre em tensão com os processos de resistência e deslocamento.

Nesse sentido, o sujeito é compreendido como descentrado, afetado pela língua, pela história e pela ideologia, cindido pelo inconsciente. Segundo Orlandi (2020), o sujeito não é plenamente consciente do que diz, mas se constitui pela interpelação ideológica,

identificando-se com a formação discursiva que o domina. Esse processo de assujeitamento é contraditório, pois o sujeito é simultaneamente livre para significar e submetido à língua para o fazer.

A formação discursiva (FD), por sua vez, determina o que pode e deve ser dito em uma conjuntura sócio-histórica específica, representando as formações ideológicas no discurso. Para Orlandi (2020), os sentidos não estão nas palavras em si, mas são produzidos pela relação entre linguagem e ideologia.

Em diálogo com Pêcheux, Eni Orlandi, em “As Formas do Silêncio”, também contribui para essa reflexão ao abordar o papel do silêncio na significação. Como aponta Orlandi (2007, p. 36):

O silêncio é assim a ‘respiração’ (o fôlego) da significação; um lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido. Reduto do possível, do múltiplo, o silêncio abre espaço para o que não é ‘um’, para o que permite o movimento do sujeito.

Esse conceito de silêncio complementa a discussão sobre a memória discursiva ao dar visibilidade em como as ausências também constituem o discurso, permitindo a emergência de novos sentidos ou apagamentos. Dessa forma, buscamos integrar essas perspectivas para investigar como os discursos veiculados nos periódicos do Paraná contribuíram para produzir e reproduzir sentidos sobre a racialidade no Brasil, em especial no contexto da exclusão da categoria “cor” nos censos do IBGE durante o período da ditadura militar no Brasil.

Ao refletir sobre a materialidade da língua e o arquivo textual, em “Ler o arquivo hoje”, Pêcheux (1994) nos permite compreender como os discursos veiculados nos jornais configuram um arquivo que articula a história,

a ideologia e as condições sócio-históricas que os possibilitaram. Assim, os gestos de leitura se tencionam ao destacar a importância da materialidade do texto e o movimento entre arquivo e memória. Pêcheux (1994) nos alerta para os riscos de leituras redutoras que ignoram as camadas históricas e ideológicas presentes nos discursos. Ao mesmo tempo, reforça a necessidade de práticas analíticas que preservem os interesses históricos e culturais, sobretudo em contextos marcados por apagamentos e silenciamentos, como é o caso da racialidade no censo demográfico e nos discursos oficiais dos períodos.

Os periódicos analisados – como o “Diário do Paraná” e o “Correio de Notícias” – podem ser lidos como parte desse arquivo heterogêneo. Cada sequência discursiva apresenta gestos de leitura que resgatam e atualizam memórias discursivas vinculadas à democracia racial, ao apagamento da cor e às disputas de sentido sobre a identidade racial no Brasil.

O funcionamento do silêncio na ausência da “cor”

A primeira Sequência Discursiva (SD1) analisada é proveniente de uma publicação do periódico Diário do Paraná, datada de 26 de julho de 1970, intitulada “Censo-70 não Verá sua côr”. O texto traz a declaração:

SD1: Censo-70 não Verá sua côr

O censo de setenta não terá côr. O que interessa é a raça. “A raça não se pode caracterizar simplesmente pela côr da pele. Nós somos um caldeamento de raças.” (Kermit Velasquez, o IBGE, sobre o censo dêste ano). (Destaque feito pela autora).



Fonte: Printscreen feito pela pesquisadora na Hemeroteca, 2024.

A análise da sequência discursiva (SD1) extraída do periódico *Diário do Paraná*, apresenta os efeitos de sentido produzidos pela exclusão da “cor” no censo demográfico daquele ano. O trecho destacado – “O censo de setenta não terá cor. O que interessa é a raça.” – sinaliza para o uso da raça como um marcador social de distinção entre a população brasileira, temos desta forma, um entendimento de raça recuperando os sentidos produzidos pela medicina e pseudocientistas do séc. XIX e XX¹.

Segundo Munanga (2003), a raça é uma categoria etnosemântica², carregada de ideologia e vinculada às relações de poder. O discurso em SD1 exprime a ideia como a raça, ao ser apresentada como um traço identitário diluído na mestiçagem³, esconde sua função enquanto

- 1 Segundo Florestan Fernandes (2021), as teorias científicas formuladas no final do século XIX reforçavam a suposta inferioridade intelectual e biológica dos negros, justificando, assim, a ausência de políticas públicas voltadas para a alfabetização e inclusão social dessa população.
- 2 Segundo Munanga (2003), o significado de raça é definido pela estrutura social e pelas relações de poder, variando conforme o contexto cultural e político. Assim, termos como negro, branco e mestiço possuem conteúdos etno-semânticos e político-ideológicos, e não biológicos, diferindo entre países como Brasil, Estados Unidos e África do Sul etc
- 3 De acordo com Munanga (2024), a mestiçagem é um processo histórico e social que resulta da mistura de diferentes grupos raciais e culturais, mas que, no contexto brasileiro, foi ideologicamente apropriada para sustentar o mito da democracia racial. Esse discurso ofusca as desigualdades e hierarquias raciais ao exaltar a mestiçagem como característica identitária nacional, enquanto perpetua a exclusão e a dominação dos grupos racializados.

ferramenta de dominação. A exclusão da “cor” no censo demográfico reforça essa lógica, uma vez que dificulta a visibilidade estatística das desigualdades raciais e impossibilita a formulação de políticas públicas eficazes para combatê-las. Assim, nos deparamos com a articulação de discursos que sustentam o discurso da democracia racial brasileira, promovendo um apagamento das desigualdades raciais em nome de uma suposta harmonia baseada na miscigenação.

Para a AD, a memória discursiva é marcada por silenciamentos e apagamentos, que refletem relações de poder e exclusão. Assim, ela desempenha um papel crucial na análise de discursos racializados, permitindo investigar como os sentidos sobre raça e cor são historicamente construídos e reconfigurados em contextos de dominação e resistência. Essa SD1 mobiliza sentidos historicamente sedimentados na memória discursiva brasileira, que valorizam a mestiçagem como marca identitária nacional, mas silenciam sobre as desigualdades estruturais que atravessam as relações raciais. A expressão “A raça não se pode caracterizar simplesmente pela cor da pele. Nós somos um caldeamento de raças.” reforça a ideia de que a “raça” não deve ser definida pela cor da pele, mas por um pertencimento biológico e racista, em que há diferentes espécies entre os seres humanos determinado por raças. Nesse sentido, a memória que ecoa dilui as diferenças históricas e sociais entre brancos, negros e indígenas. Esse apagamento é um efeito ideológico que desconsidera as condições materiais de existência da população negra, operando, portanto, como mecanismo de dominação.

A partir da teoria que analisamos, o discurso do IBGE, à época, contribui para a constituição ideológica de sujeitos que se identificam com a formação discursiva dominante (racista que reforça o discurso da democracia racial). A identificação com essa

FD como destaca Pêcheux (1975), ocorre pelo esquecimento das determinações históricas e sociais que produzem os sentidos. Assim, o sujeito discursivo se posiciona em uma conjuntura em que a mestiçagem é celebrada como evidência de uma democracia racial, sem reconhecer as estruturas de exclusão racial que ela encobre.

A formação discursiva que sustenta esse discurso determina o que pode e deve ser dito sobre a raça e a cor no Brasil, naturalizando a mestiçagem e silenciando as desigualdades. Como destaca Orlandi (2020), o sentido é sempre ideologicamente marcado e vinculado às condições sócio-históricas de produção discursiva. Nesse caso, a FD dominante apaga as marcas de exclusão e reforça o discurso da harmonia racial, funcionando como um elemento de manutenção das relações de poder. Desse modo, a análise da SD1 permite compreender como o discurso oficial sobre o censo de 1970 opera ideologicamente para perpetuar o mito da democracia racial, apagando as diferenças e tensões sociais que configuram a realidade brasileira. Sob o prisma da memória discursiva, da ideologia e das relações de poder, denuncia-se que o apagamento da categoria “cor” não é um ato neutro, mas uma estratégia discursiva que reforça a desigualdade racial enquanto proclama sua inexistência.

A segunda sequência discursiva (SD2), extraída do periódico Diário do Paraná em 3 de fevereiro de 1970, apresenta um discurso que legitima a decisão do IBGE de excluir o quesito “cor” no censo daquele ano. A SD2, intitulada Censo Incolor, celebra essa exclusão como uma demonstração de tolerância e ausência de preconceito racial, reforçando o discurso da democracia racial no Brasil. No entanto, ao examinar suas contradições, percebe-se como a relação entre raça e classe social é tensionada, expondo os limites desse discurso.

SD2: Censo Incolor

Foi decidido que, entre o elenco dos quesitos que compõem o formulário a ser distribuído à população, para efeito do censo deste ano, não figurasse o item atinente à cor do declarante e dos seus dependentes.

Trata-se de demonstração oficial eloquente de que o preconceito sobre o pigmento da pele dos indivíduos aqui não prevalece: Igualmente, não nutrimos qualquer susceptibilidade a respeito de raças [...].

[...] A miscigenação, no Brasil, é fenômeno natural a nossa índole. Os tons cromáticos da cútis, fortemente carregados diluem-se no fascinante creme da morenidade brasileira [...].

[...] Ligamos pouco à questão da cor. Qualquer trigueiro, vestido de casemira inglês, levando no dedo um anel de grau, receberá, fatalmente, no Instituto Felix Pacheco, carteira de identidade com a indicação da cor branca [...].

[...] Oferecemos ao mundo, neste momento, mais um exemplo de tolerância. Vamos realizar um censo incolor (Destaque feito pela autora).



Fonte: Printscreen feito pela pesquisadora na Hemeroteca, 2024.

A SD2 sustenta que “a miscigenação, no Brasil, é fenômeno natural a nossa índole”, promovendo a ideia de que o país é um espaço de harmonia racial. Esse enunciado atualiza uma memória discursiva enraizada no projeto ideológico da mestiçagem, que busca apresentar

o Brasil como exemplo de tolerância racial. No entanto, o discurso denuncia sua própria fragilidade ao afirmar que “qualquer trigueiro, vestido de casemira inglês, levando no dedo um anel de grau” receberá uma identidade categorizada pela “côr branca”. Aqui, o deslizamento de sentido sinaliza a articulação entre raça e classe social: a branquitude é conferida não pelo fenótipo, mas pelo acesso a símbolos de prestígio social, como vestimentas e bens de consumo. A descrição de um sujeito moreno “vestido de casemira inglês” mostra como a identificação racial é mediada por marcadores de classe. Assim, a cor da pele deixa de ser apenas um elemento fenotípico e passa a ser lida em relação a códigos de status social atribuídos à cor branco, com teor positivo.

Nesse sentido, para a Análise de Discurso, a memória discursiva é essencial para compreender a repetição e a transformação dos sentidos (Pêcheux, 2015). Ela dá à luz como os discursos não são originados em si mesmo e surgem do nada, mas são atravessados por condições sócio-históricas e ideológicas que estruturam as condições de possibilidade do que pode ser dito e, ao mesmo tempo, limitam essas possibilidades. Na SD2, o termo “trigueiro” desempenha um papel significativo no deslizamento de sentidos relacionados à racialidade no Brasil. De acordo com o Dicionário Priberam, “trigueiro” refere-se a alguém com a cor acastanhada do trigo maduro, equivalente ao termo “moreno”. No contexto da SD2, “trigueiro” é usado para descrever uma pessoa cuja cor de pele seria lida socialmente de forma ambígua, especialmente quando combinada com elementos associados à branquitude, como vestimenta formal (“casimira inglês”) e símbolos de prestígio (“anel de grau”).

Essa escolha lexical reforça uma das estratégias discursivas da democracia racial: a miscigenação como uma suposta característica essencial da identidade brasileira. O uso de “trigueiro” aponta para um sujeito que não é

branco, mas no qual a posição racial pode ser reinterpretada e “branqueada” por meio de marcadores de classe social.

O termo “trigueiro”, tal como utilizado na SD2, mantém um duplo movimento discursivo:

1. Diluição das diferenças raciais: Ao recorrer a um vocábulo como “trigueiro”, que remete a uma cor intermediária, o discurso apaga as fronteiras entre o negro e o branco, promovendo uma identidade racial mestiçada, alinhada com a “morenidade brasileira”. Esse efeito reforça a ideologia da miscigenação como símbolo de harmonia racial, ao mesmo tempo em que silencia a discriminação racial concreta vivida por sujeitos negros.

2. Relação entre raça e classe: o exemplo “qualquer trigueiro [...] receberá [...] carteira de identidade com a indicação da cor branca” explicita o vínculo entre racialidade e mobilidade social. Aqui, o “trigueiro” pode transcender os limites impostos pela racialidade graças a marcadores de classe, como a posse de bens de consumo. Esse gesto discursivo denuncia, ainda que implicitamente, que o “ser branco” no Brasil não é apenas uma questão de fenótipo, mas de acesso a privilégios e ao capital simbólico que confere branquitude.

As formas do silêncio, conforme analisada por Eni Orlandi (2007), nos ajuda a compreender como termos como “trigueiro” carregam sentidos históricos que atualizam o apagamento das identidades negras em prol de uma racialidade difusa. Esse funcionamento promove a invisibilidade do negro ao não o nomear diretamente, ao mesmo tempo em que associa a branquitude ao ideal de mobilidade social e sucesso.

Contudo, é possível identificar no enunciado um tensionamento interno. A escolha lexical de “trigueiro”, ao invés de

“preto” ou “negro”, sugere uma hesitação em confrontar diretamente as categorias raciais que estruturam a discriminação no Brasil. Tal escolha dá visibilidade para o silenciamento racial está enraizado nas condições de produção do discurso, mas também que esse silenciamento não é absoluto, permitindo a emergência de sentidos que denunciam as desigualdades e exclusões históricas.

Essa fissura no discurso ressalta o racismo estrutural, mesmo que disfarçado pela narrativa da miscigenação. Como aponta González (2020), o mito da democracia racial fragmenta identidades raciais ao promover o desejo de embranquecimento e a negação da própria raça e cultura. O discurso da SD2 exemplifica essa dinâmica ao invisibilizar desigualdades raciais enquanto celebra uma suposta ausência de preconceito.

Desde o fim da escravidão, o Brasil construiu um discurso de democracia racial que mascarou as desigualdades vividas pela população negra e indígena. A decisão do IBGE, apoiada pela SD2, reflete essa política de apagamento: ao realizar um “censo incolor”, silencia-se sobre as condições materiais e sociais que estruturam o racismo no país. Gonzalez (2020) destaca que essa estratégia é eficaz para perpetuar a dominação branca, pois fragmenta identidades e dificulta a articulação de resistências coletivas.

Sob a ótica da AD, o sujeito que enuncia na SD2 está interpelado por uma formação discursiva que privilegia a narrativa da miscigenação como identidade nacional. Essa formação discursiva determina o que pode ser dito sobre raça e cor no Brasil, silenciando práticas de exclusão racial em favor de um discurso homogeneizador. No entanto, como destaca Pêcheux (2015), o sujeito é constituído pelo “esquecimento” das condições que o determinam, e é nesse esquecimento que as contradições discursivas se manifestam. Ao declarar que “ligamos pouco à questão da

cor” enquanto admite que marcadores de classe podem redefinir a identidade racial, o discurso da SD2 tensiona sua própria coerência. Esse deslizamento de sentido ilustra como a formação discursiva dominante não elimina completamente as contradições, permitindo que elas emergjam e exponham as desigualdades estruturais.

A análise da SD2 dá a ver como o discurso favorável à exclusão da categoria “cor” no censo de 1970 mobiliza o discurso da democracia racial para mascarar desigualdades raciais e reforçar estruturas de poder. Ao mesmo tempo, as contradições presentes no texto, particularmente na relação entre raça e classe, sinalizam as limitações dessa narrativa. A partir dos conceitos de sujeito, formação discursiva e memória discursiva, compreendemos que o discurso operou tanto para sustentar a ideologia da miscigenação quanto para expor as hierarquias raciais que ela busca ocultar.

O enunciado “Ligamos pouco à questão da cor”, de acordo com Orlandi (2007) considerando o silêncio, nos permite visualizar como o não-dito opera no discurso, não como ausência de significado, mas como estratégia para a construção de sentidos. Nesse contexto, o silêncio não é simplesmente o que não se fala, mas o que se insinua, o que é apagado ou deixado em suspenso, constituindo o próprio discurso. A declaração “Ligamos pouco à questão da cor” se apresenta como um apagamento discursivo que desvia a atenção da centralidade da questão racial no Brasil. Dessa forma, para Orlandi, o silêncio opera em duas dimensões principais nesse enunciado:

1. Silenciamento como apagamento discursivo: o enunciado sugere uma indiferença à cor, posicionando a questão racial como irrelevante ou secundária. Esse funcionamento silencia, no discurso, as desigualdades e tensões raciais concretas que estruturam as relações sociais no Brasil. O discurso apaga o peso histórico da

racialidade e naturaliza a desigualdade ao sugerir que a “questão da cor” não demanda atenção ou intervenção.

2. Silêncio constitutivo: o não-dito está intrinsecamente ligado ao dito. Ao afirmar que pouco se liga à cor, o enunciado traz, como pano de fundo, o reconhecimento implícito de que a cor é, de fato, uma questão relevante. Assim, o silêncio sobre a importância da cor na estruturação das desigualdades sociais denuncia a própria tentativa de apagamento. Como aponta Orlandi (2007), o silêncio constitutivo possibilita a emergência de sentidos pelo que não é explicitado, mas que ainda assim ressoa no discurso.

O silêncio no enunciado é atravessado pela ideologia da democracia racial, que busca ocultar as tensões e desigualdades raciais ao sustentar a ideia de uma convivência harmoniosa entre raças no Brasil. Como Orlandi (2007) explica, o silêncio ideológico não é apenas a ausência do dizer, mas um mecanismo que regula o que pode ser dito e como pode ser dito dentro de uma formação discursiva. Assim, ao minimizar a relevância da cor, o enunciado reproduz uma formação discursiva que perpetua o apagamento das lutas e reivindicações da população negra. O discurso da SD2 desvia o olhar das desigualdades estruturais e coloca a miscigenação e a “morenidade” como referências identitárias neutras, diluindo as especificidades das experiências negras e indígenas. Esse movimento silencia as vozes que denunciam a exclusão e a desigualdade racial, ao mesmo tempo que reitera, pela omissão, a centralidade dessas questões.

Embora o enunciado tente apagar a relevância da cor, ele também deixa fissuras que expõem as contradições desse silenciamento. Se “ligamos pouco à questão da cor”, por que a cor foi sistematicamente excluída dos censos demográficos? Essa exclusão demonstra justamente que a cor é uma questão central e

sensível, cuja negação não é uma evidência de igualdade, mas um apagamento ativo de desigualdades. O silêncio, nesse caso, não esconde completamente o que tenta apagar; ao contrário, ressalta sua presença como uma falta.

Por fim, a terceira sequência discursiva (SD3), extraída do periódico “Correio de Notícias” (1979), sobre novamente a exclusão do quesito “cor” no censo de 1980.

SD3: Questão de cor

Volta a ser discutido o problema da cor. Desta vez é o presidente do IBGE, Jesse Monteillo, que confirma a exclusão do item “cor” no censo geral [...]. Diz que medida nasce de decisão amparada pela lei que proíbe qualquer tipo de discriminação.

[...] O brasileiro tem cor. Aliás, dizem que somos o povo mais colorido do mundo.

[...] E há uma cor maravilhosa que todo o brasileiro tem. Somos morenos.

[...] Outro dia o dono de um sofisticado restaurante conseguiu matar a charada em segundos e colocar a pessoa desejada ao telefone. A indicação foi simples:

– Olha, ele deve ter chegado a pouco para jantar. É um senhor alto, grisalho. Ele é um moreno, sabe?

Ele sabia. Sabia por causa do “um”. Se ela dissesse que “ele é moreno” talvez não soubesse. Mas “um” moreno todo o mundo sabe quem é (Destaque feito pela autora).



Fonte: Printscreen feito pela pesquisadora na Hemeroteca, 2024.

A SD3 inicia com a expressão “volta a ser discutido o problema da cor”, que marca uma ruptura parcial com o apagamento discursivo que caracterizou as sequências anteriores. Enquanto os discursos de 1970 evitavam categorizar a população com base na cor, sustentando a ideologia da democracia racial, aqui há o reconhecimento explícito de que existe um “problema” ligado à cor, sugerindo que o silenciamento não resolveu as tensões raciais na sociedade brasileira. Ao mesmo tempo em que coloca a “cor” como um “problema” – cor é um problema –, o enunciado também pode ser lido, num país estruturalmente racista, que funciona ainda sob o discurso do branqueamento, a negritude é um problema.

Esse gesto de denúncia, porém, não está desvinculado de contradições. Embora o discurso identifique que a exclusão do quesito “cor” no censo de 1970 tenha invisibilizado as desigualdades raciais, ele ainda se sustenta em uma narrativa que evita confrontar diretamente as estruturas do racismo. Ao abordar a “cor” em termos genéricos e harmonizantes – como no uso do termo “moreno” –, o texto denuncia e simultaneamente reproduz o apagamento das especificidades da negritude e das lutas antirracistas.

O termo “moreno” ocupa posição central no discurso, articulando sentidos contraditórios. Ele é apresentado tanto como uma designação identitária universalizante – alinhada à ideologia

da mestiçagem e da “cor brasileira” –, quanto como um marcador social que diferencia sujeitos a partir de sua posição de classe e fenótipo. Nesse jogo de sentidos, três expressões destacam-se: “cor morena”, “morenidade” e “um moreno”.

Compreender a “cor morena” como universalidade mestiça reforça a ideia de que a miscigenação brasileira produz uma identidade homogênea e conciliatória, apagando as especificidades raciais. Sob a perspectiva da memória discursiva, ela atualiza o interdiscurso que naturaliza a mestiçagem como traço identitário nacional, mascarando as desigualdades que persistem. Enquanto o termo “Morenidade” produz um efeito de apaziguamento racial pela escolha do sufixo “-idade”. O efeito conduz a uma suavização e até de ridicularização, sugerindo que as tensões raciais são irrelevantes ou inexistentes. Esse movimento discursivo reforça o apagamento das desigualdades raciais ao apresentar a miscigenação como um elemento pacificador.

Já a expressão “um moreno” sinaliza para o uso do artigo definido “um”, que tensiona a universalidade promovida pelos outros termos, marcando um diferencial. Aqui, a designação “um moreno” aponta para uma especificidade fenotípica que, em outros contextos, poderia ser associada à negritude. Contudo, ao evitar diretamente o termo “preto”, o discurso reafirma um silenciamento racial, deixando implícita a hierarquização que relaciona raça e classe social. É interessante porque o artigo indefinido funciona como definido na situação narrada: sabe-se exatamente de quem se fala.

Essa escolha lexical expõe a exclusão de termos como “preto” e “negro” e o apagamento do movimento negro, que, na época, buscava ressignificar esses termos como forma de afirmação e luta contra o racismo. Embora a SD3 rompa com parte do apagamento racial ao denunciar a exclusão da cor no censo como insuficiente para resolver a discriminação, ela

ainda silencia as lutas do movimento negro e suas reivindicações. Na época, grupos organizados como o Movimento Negro Unificado (MNU) buscavam consolidar a identidade negra, englobando pretos e pardos, para enfrentar o racismo estrutural e desmascarar o mito da democracia racial (Domingues, 2005). A ausência dessa perspectiva antirracista no discurso do jornal sinaliza que a denúncia do “problema da cor” não é acompanhada por uma ideologia de transformação social. O uso estratégico de termos como (SD1) “raça”, (SD2) “morenice” e (SD3) “um moreno” reflete tanto a tentativa de harmonizar tensões raciais quanto a perpetuação de desigualdades ao evitar o confronto direto com a negritude e as reivindicações do movimento negro. Assim, o discurso, à época, ressoa as contradições de uma sociedade que reconhece o racismo, mas ainda hesita em enfrentá-lo de maneira estruturante.

Considerações finais

Os discursos jornalísticos sobre a exclusão da categoria “cor” dos censos demográficos do IBGE nas décadas de 1970 e 1979 nos dão visibilidade para como a linguagem se articula a processos ideológicos de silenciamento e apagamento (Orlandi, 2007). Ao não registrar oficialmente a raça/cor da população, o Estado brasileiro reiterou a ideologia da democracia racial, promovendo a invisibilidade estatística das desigualdades vividas pela população negra e tensionando as possibilidades de identificação racial. A escolha de articular essa análise com os termos “moreno” e “morenice” decorre do papel central que essas designações desempenham no imaginário racial brasileiro. Se a categoria “negro” é esvaziada ou diluída pelo apagamento oficial e pela ideologia da democracia racial, termos intermediários como “moreno” ocupam um espaço de mediação discursiva que parece incluir, mas, na verdade, mantém hierarquias. A “morenice” surge, então, como uma construção

discursiva que legitima a mestiçagem como símbolo nacional, mas que simultaneamente invisibiliza o racismo e desautoriza a autoafirmação negra. Examinar como esses termos circulam na imprensa é, portanto, examinar os mecanismos de apagamento e deslizamento de sentidos que constituem a racialidade brasileira.

Assim, este trabalho aponta à exclusão da categoria “cor” dos censos, não como um episódio isolado, mas parte de um processo mais amplo de articulação simbólica da racialidade no país, cujos efeitos ainda reverberam na atualidade. A problematização desses discursos contribui para o desvelamento dos mecanismos de apagamento e para o fortalecimento das lutas pela afirmação da identidade negra e pelo enfrentamento do racismo estrutural.

Referências

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo estrutural. São Paulo: Jandaíra, 2021.
- CORREIO DE NOTÍCIAS. Publicação de 2 nov. 1979. Ano 1979, edição 00747.
- DIÁRIO DO PARANÁ. Publicação de 26 jul. 1970. Ano 1970, edição 04509.
- DIÁRIO DO PARANÁ. Publicação de 3 fev. 1970. Ano 1970, edição 04366.
- DOMINGUES, Petrônio José. Movimento da negritude: uma breve reconstrução histórica. África: Revista do Centro de Estudos Africanos – USP. São Paulo, v. 24-25-26, p. 193-210, 2005.
- DOMINGUES, Petrônio. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930). In: Diálogos Latinoamericanos. Dinamarca, n.14, 2005, p.118-131.
- FLORESTAN, Fernandes. A integração do

negro na sociedade de classes. 6º ed. Ed. Contracorrentes, São Paulo, 2021.

FIGUEIREDO, Angela. Carta de uma ex-mulata à Judith Butler. *Revista Periódicus*, v. 1, n. 3, p. 152-169, 2015.

FREYRE, Gilberto. [1933] *Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48ª ed. São Paulo: Global, 2003.

GOMES, Nilma Lino. *O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HALL, Stuart. *Raça, o significante flutuante*. Z Cultural: Revista do Programa Avançado de Cultura Contemporânea. Tradução de Liv Sovik, em colaboração com Katia Santos. Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Conferência proferida por Stuart Hall em 1995, em Goldsmiths College, University of London. Disponível em: <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/raca-o-significante-flutuante%Ef%80%AA/>. Acesso em: 19 dez. 2024.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. 3ª edição. São Paulo: Editora Perspectivas, 2016.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2024.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das questões de raça, racismo, identidade e etnia. In: SEMINÁRIO NACIONAL DAS RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO-PENESB, 3., Rio de Janeiro, 5 nov. 2003. Palestra proferida no evento.

Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-noco-es-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2024.

ORLANDI, Eni. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2020.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni (org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994. p. 55-64.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. (org.). *Papel da memória. Tradução e introdução de José Horta Nunes*. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.

PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*; trad. Eni Pulcinelli Orlandi [et al.] — 2. ed. — Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

TRIGUEIRO. In: *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha]. 2008-2024. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/trigueiro>. Acesso em: 19 dez. 2024.

Submissão: agosto de 2025

Aceite: setembro de 2025